

## A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD): UM RETRATO SOCIOCULTURAL DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN THE MODALITY OF DISTANCE EDUCATION (DE): A SOCIO-CULTURAL PORTRAIT OF THE ACTIONS DEVELOPED BY THE FEDERAL UNIVERSITY OF PIAUÍ (UFPI)

Maria de Jesus Araújo Ramos<sup>1</sup>  
Francisco Renato Lima<sup>2</sup>  
Aline Montenegro Leal Silva<sup>3</sup>  
Keylla Maria de Sá Urtiga Aita<sup>4</sup>

**RESUMO:** A expansão do Ensino Superior no Brasil tem ocorrido de forma bastante expressiva por meio da modalidade Educação a Distância (EaD), sobretudo, a partir do início do século XXI, com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TDIC) e o processo de globalização, influenciando sobremaneira, o cenário educacional. Nesse contexto, novas propostas metodológicas têm dado o tom e o ritmo das mudanças políticas e pedagógicas nessa modalidade de ensino. Nesse percurso, vários estudiosos têm trabalhado na conceituação dessa modalidade de ensino, contribuindo para que ela ganhe visibilidade nos instrumentos legais. Baseando-se nessas orientações, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm ofertado cursos por meio do ensino na EaD. A Universidade Federal do Piauí (UFPI), por exemplo, implementou essa modalidade de ensino a partir do início do século XXI. Desse modo, neste estudo, fez-se uma análise geográfica espacial, quanto ao avanço dos polos e da oferta de cursos promovidos pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI), nos estados do Piauí e da Bahia. O estudo assume uma abordagem qualitativa e exploratória, realizado por meio de pesquisa bibliográfica, a partir de autores mais clássicos, do final do século XX; e autores mais contemporâneos, dessas duas primeiras décadas do século XXI; bem como, pesquisa documental, por meio da análise de dados institucionais do CEAD/UFPI, regidos pelo conceito de EaD na legislação brasileira. A análise focou na expansão dos polos de ofertas dos cursos de graduação. Os resultados revelam que aumentou 256% o número de polos semipresenciais, de 2012 a 2016. Do mesmo modo, houve aumento significativo na diversidade de cursos ofertados, passando de 11 (onze) opções em 2012 para 14 (quatorze) opções em 2016. O mesmo é constatado quanto a oferta do número de vagas de 3.125 (três mil, cento e vinte e cinco) em 2012 para 9.310 (nove mil, trezentas e dez) em 2016.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Expansão do Ensino Superior. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. CEAD/UFPI.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e licenciada em Computação pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI). Especialista em Formação Docente em Educação a Distância pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB). E-mail: jesusramoso7@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras - Estudos da Linguagem (UFPI). Atualmente atua como Professor Assistente (substituto) na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Professor Formador no curso de Licenciatura em Computação do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora Auxiliar (substituta) na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Professora formadora no curso de Licenciatura em Computação do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI). Graduada em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra e Doutoranda em Ciência da Computação (UFPI). E-mail: alineleal@ufpi.edu.br

<sup>4</sup> Doutora em Biotecnologia (UFPI). Professora Adjunta III da Universidade Federal do Piauí (UFPI), lotada no Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI) e, atualmente ocupa o cargo de Coordenadora de Pesquisa e Inovação (PROPESQI/UFPI). E-mail: keyllaurtiga@ufpi.edu.br.

**ABSTRACT:** The expansion of Higher Education in Brazil has occurred in a very expressive way through the Distance Education modality (EaD), especially from the beginning of the 21st century, with the advancement of Information and Communication Technologies (TDIC) and the process of globalization, greatly influencing the educational scenario. In this context, new methodological proposals have set the tone and pace of political and pedagogical changes in this teaching modality. Along the way, several scholars have worked on the conceptualization of this teaching modality, contributing to its visibility in legal instruments. Based on these guidelines, Higher Education Institutions (HEIs) have offered courses through distance education. The Federal University of Piauí (UFPI), for example, implemented this teaching modality from the beginning of the 21st century. Thus, in this study, a spatial geographic analysis was carried out, regarding the advancement of the centers and the offer of courses promoted by the Open and Distance Education Center (CEAD/UFPI), in the states of Piauí and Bahia. The study takes a qualitative and exploratory approach, carried out through bibliographic research, from the most classic authors, from the end of the 20th century; and more contemporary authors, from these first two decades of the 21st century; as well as documental research, through the analysis of institutional data from CEAD/UFPI, governed by the concept of distance education in Brazilian legislation. The analysis focused on the expansion of the offer poles of undergraduate courses. The results reveal that the number of blended learning centers increased by 256%, from 2012 to 2016. Likewise, there was a significant increase in the diversity of courses offered, from 11 (eleven) options in 2012 to 14 (fourteen) options in 2016. The same is true for the number of vacancies offered from 3,125 (three thousand, one hundred and twenty-five) in 2012 to 9,310 (nine thousand, three hundred and ten) in 2016.

**Keywords:** Distance Education. Expansion of Higher Education. Digital Information and Communication Technologies. CEAD/UFPI.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O surgimento das tecnologias digitais e midiáticas do mundo pós-moderno tem modificado a sociedade em todos os âmbitos: sociais, econômicos, religiosos, políticos, culturais e, sobretudo, educacionais. Nesse contexto, a educação e seus diferentes agentes e processos não foram deixados à margem, pelo contrário, as práticas educacionais têm sido alvo constante de mudanças, em virtude da presença das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em seus contextos de atuação e de produção de conhecimento.

Em face disso, diversos autores buscam delinear conceitos de Educação a Distância (EaD). Por um lado, têm-se as teorias socioeconômicas, preocupadas com as questões que envolvem as instâncias governamentais e os setores privados da sociedade. Assim, governantes de todos os países buscam fundamentação legal para a implementação da EaD. Por outro lado, a roupagem da discussão se reveste de um caráter didático-pedagógico e político, comprometido com a formação para a cidadania, ressaltando questões relativas aos processos de ensino e aprendizagem, as reflexões sobre a formação e os saberes docentes, de modo a promover a expansão do Ensino Superior e a democratização no

acesso à educação, garantindo, assim, a inclusão social, por meio do acesso a escolarização superior (BARROS, 2015; FURLAN *et al.*, 2020; BROCH; BRESCHILIARE; BARBOSA-RINALDI, 2020).

Teoricamente, a discussão aprofundada neste texto, justifica-se ainda, por uma publicação oficial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que, nos termos seguintes, expressa uma visão sobre o Brasil:

[...] Faz-se necessário um debate mais amplo acerca das funções e do papel exercido pela educação superior no país, assim como o de suas instituições, quanto à sua capacidade de atender a demandas de conhecimento e de formação advindas do processo de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico. (UNESCO, 2012, p. 12)

Nesse cenário, fruto do processo de globalização, o Brasil não tem ficado de fora, visto que cada vez mais, por meio de instrumentos legais, vem sendo implementada essa modalidade de ensino, sobretudo, no Ensino Superior. Nesse contexto, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem investido em projetos de expansão da EaD, alcançando, desse modo, populações de diferentes municípios, regiões e classes sociais, que, do contrário, não teriam a oportunidade de cursar uma graduação ou mesmo, uma pós-graduação *lato sensu* (especialização), por diversas razões, dentre elas: socioeconômica e geográfica.

A despeito dessa reconfiguração no cenário educacional brasileiro, Isaia (2006, p. 64) aponta para um fenômeno decorrente das modificações contemporâneas, o que implica considerar que:

[...] de um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico; de um lugar reservado a poucos, tornou-se um lugar para o maior número possível de pessoas; de um bem direcionado ao aprimoramento de indivíduos, tornou-se um bem cujo beneficiário é o conjunto da sociedade; e, ainda, transformou-se em mais um recurso do desenvolvimento social e econômico dos países, submetendo-se às mesmas leis políticas e econômicas; faz parte das dinâmicas sociais e está sujeita aos mesmos processos e às mesmas incertezas do âmbito político, econômico ou cultural que afetam todas as instituições sociais.

Em face dessa situação mais macro e ampla do tema, recorta-se o olhar para a relevância da expansão da educação superior por meio da modalidade EaD no estado do Piauí, uma questão que inclui aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Políticos, pois orienta as ações de planejamento dos governantes, quanto à destinação de projetos inovadores. Sociais, visto que as pessoas passam a adquirir conhecimentos, atitudes e habilidades, por meio dos cursos ofertados. Econômicos, visto que a sociedade desenvolve habilidades que influenciarão em melhorias das condições de vida. Culturais, pois novos conhecimentos promovem novas formas de pensar, agir e de se comportar.

Desse modo, este estudo visa analisar a expansão da educação superior na modalidade EaD no estado do Piauí, promovido pelo Centro de educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI) no período de 2012 a 2016. Para tanto, busca-se correlacionar algumas reflexões teóricas sobre a EaD com o conceito definido na legislação brasileira. Objetiva-se ainda, especificamente, identificar as teorias de conceituação de EaD adotadas na literatura especializada e nas normas legais para, em seguida, em uma perspectiva mais analítica, mapear, geograficamente, a expansão da oferta do Ensino Superior promovido pelo CEAD/UFPI, identificando os polos e os cursos existentes.

Do ponto de vista de construção metodológica, o estudo assume uma abordagem qualitativa e exploratória. Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de um levantamento teórico sobre a EaD, para, na sequência, conceituá-la, levando em conta a definição na legislação brasileira. Em seguida, foi mapeada, geograficamente, a distribuição da localização de cada polo do CEAD/UFPI, visando observar detalhadamente, o avanço dessa modalidade de ensino no estado, no período de 2012 a 2016. Por meio da pesquisa documental, foi realizada a análise de dados institucionais do CEAD/UFPI. Dessa articulação, resultou na tessitura textual distribuída nos tópicos seguintes, que constituem este artigo.

## CONCEITUAÇÕES E TEORIAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): NOÇÕES GERAIS

A definição de Educação a Distância (EaD) é baseada em diferentes teorias que foram elaboradas mediante as transformações vivenciadas pela sociedade ao longo do tempo. Enquanto para Moore e Kearsley (2007), EaD é a interação que ocorre entre discente, educador e conteúdo (teoria transacional/teoria da interação à distância), para Peters (1973), o ensino a distância é uma forma complementar de estudo próprio da era tecnológica e industrial, consistente com os princípios e as tendências industriais.

Nessa linha de pensamento, Silva Filho (2010) definiu EaD como a modalidade de ensino onde a mediação didático-pedagógica ocorre por meio de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, visto que alunos e professores desenvolvem atividades em espaços e tempos diversos, embora hajam atividades presenciais em polos de apoio presencial. Para Keegan (1991), a EaD é o universo de relações educador-aprendiz, que se dão quando instrutores e alunos estão separados no espaço e/ou no tempo.

Assim, percebe-se que a EaD, para ser um novo marco cultural, exige que educadores e aprendizes tenham familiaridade com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), visto que, conforme afirma Perry e Ruble (1987) *apud* Borges (2008), a característica básica dessa modalidade de ensino é o estabelecimento de uma via dupla, devido ao fato de o educador e o aprendiz não se encontrarem no mesmo espaço e tempo, sendo preciso, para tanto, meios que possibilitem a comunicação e a interação pedagógica entre ambos – correspondência postal (primeira geração da EaD), correspondência eletrônica, *chat*, fórum (quarta geração da EaD) etc.

Conforme as leituras de Serra e Silva (2008), Keegan (1991), Peters (1973) e Moore e Kearsley (2007), entende-se que a EaD é constituída das seguintes dimensões: diálogo entre os componentes, como forma de interação positiva (ajuda a focalizar a inter-relação de palavras e ações e quaisquer outras interações de professor e aluno, quando um transmite a instrução e outro responde); estrutura do programa ou curso, como forma planejada e regulamentada; e autonomia do discente (emancipação pedagógica e autodeterminação do estudante, que tem a liberdade de ser sujeito da educação).

Baseado na teoria da convergência dirigida, proposta por Holmberg (1977) *apud* Serra e Silva (2008), o conceito de EaD enfatiza a interação e a comunicação, ressaltando a aprendizagem. Ele considera as dimensões do diálogo e da autonomia para superar a distância entre professor e aluno, aumentando a conversação entre ambos. Assim, a comunicação deve ser uma dupla via entre aluno e professor, respeitando o ritmo daquele.

Já na teoria da comunicação e controle, proposta por Garrison (2000) *apud* Serra e Silva (2008), a qualidade do processo educacional depende de uma comunicação contínua e bidirecional. Essa teoria dá ênfase às dimensões estruturais (para acompanhar o desenvolvimento do aluno e manter a sua motivação); e dialógica (para estabelecer um canal de comunicação bidirecional e melhorar o processo de ensino e aprendizagem). Contudo, a autonomia é limitada, visto que a responsabilidade pela aprendizagem sobre professor e aluno é igual.

Para fundamentar essa teoria, Garrison (2000) *apud* Serra e Silva (2008, p. 24) “propõe três critérios: interação não contínua entre professor e aluno; comunicação bilateral entre professor e aluno; e, uso de tecnologia para medir a comunicação”. Já Moore e Kearsley (2007) *apud* Serra e Silva (2008, p. 24), salientam que “a teoria de Garrison envolve seis tipos de interação (aluno/conteúdo, aluno/professor, aluno/aluno,

professor/professor, professor/conteúdo e conteúdo/conteúdo). As três últimas colaboram para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem mais efetivas”.

Esses, entre outros conceitos, constituem apenas um breve apanhado da literatura especializada, que, no Brasil, desde o final da década de 1970, vem se dedicando a pesquisar e a divulgar resultados que contribuem para o entendimento da relevância da EaD, os elementos principais e as características que, ao longo desse período relativamente curto de tempo, tem propiciado uma compreensão sobre o terreno onde se situa a EaD, seus desafios, dificuldades, anseios, conquistas, redefinições e revolução no cenário educacional, especialmente a partir da presença das TDIC, que trouxeram um lastro imensurável de interação e diálogo entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem: professores e alunos.

#### A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA DO CENÁRIO NACIONAL

No Ensino Superior, a EaD surgiu em meados da década de 70 do século XX. Até então, as pesquisas acerca do tema eram apenas limitadas a iniciativas e discussões sobre os modelos de ensino por correspondência que, desde 1904, ofereciam educação aberta de caráter profissionalizante e supletivo à escolarização formal dos primeiros ciclos.

A legislação brasileira conceituou EaD na última década do século XX, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) e pelo Decreto nº. 5.622/05 (BRASIL, 2005) (atualmente revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017 (BRASIL, 2017)). O Art. 1º do Decreto nº 9.057/17, define EaD como:

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

No texto da LDB nº 9.394/96, a EaD aparece fundamentalmente no Art. 8º, que apresenta as condições precisas para a implementação e a oferta dessa modalidade de ensino:

Art. 8º. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 2º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996)

Na última década do século passado, o Decreto nº 2494/98 definiu a EaD como a forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, usados isolados ou combinados e transmitidos por diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Atualmente, vem sendo adotado no Brasil o sistema de educação em rede<sup>5</sup>, comunicação direcionada à flexibilidade por meio do uso de recursos tecnológicos, como computadores, *tablets* e celulares. Caracteriza-se pelo incentivo ao aluno na busca de conhecimento fora do espaço físico da tradicional sala de aula. Esse sistema está se consolidando como proposta inovadora no campo educacional, mostrando uma nova relação com o saber, visto que o ensino se centra no aprendiz. Além disso, está sendo implementado nas Instituições de Ensino Superior (IES), visto que é adequada a oferta de cursos semipresenciais.

A legislação vigente apresenta que essa modalidade de ensino proporciona a oferta de disciplinas no formato em rede nos cursos de graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo desenho curricular pode contemplar essa oferta até o limite de 20% do total da carga horária do curso. Além disso, a oferta de disciplina em rede deverá obedecer às prerrogativas da Portaria do MEC nº 4.059/2004, no que diz respeito à obrigatoriedade de avaliação presencial, existência de sistema de tutoria *on-line* e presencial, e programação de encontros presenciais (BRASIL, 2004).

---

<sup>5</sup> Sobre esse aspecto – educação superior na modalidade EAD em rede – ver as considerações de Hermida e Bonfim (2006), em um texto no qual trazem um olhar sobre a história, as concepções e as perspectivas da EaD.



Ressalta-se que a educação em rede ofertada pelas IES tem encontrado menos resistência dos discentes, visto que possibilita a conexão com material independente de tempo e de lugar, os quais são favoráveis pelos recursos tecnológicos pessoais ou a disposição nos diversos espaços de convivência cotidiana. Essas tecnologias favorecem ainda a autonomia e a autoaprendizagem, por meio do acesso à informação. Silva e Lima (2018, p. 35) afirmam que:

Neste contexto, é essencial que os sujeitos estabeleçam a construção de uma nova relação com o saber adquirido, ultrapassando os limites dos materiais instrucionais tradicionais, viabilizando o favorecimento da construção colaborativa entre os saberes, por meio da exploração das tecnologias como ferramentas que facilitem o pensar e o agir no ambiente educacional, desafiando os sujeitos na redefinição de novos procedimentos.

Ao discutir a expansão do ensino, Moran (2007) ressalta que o ensino semipresencial tende a avançar, visto que crianças e jovens dispõem de uma relação com a internet, por meio de celulares, *tablets* e computadores. Em síntese, diversos tipos de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) têm sido apresentados, com suas vantagens e as características de uso específicas. Alguns são de domínio público, a exemplo da Plataforma Moodle.

A organização das atividades deve basear-se nas teorias didáticas e na perspectiva das metodologias ativas no Ensino Superior (BACICH; MORAN, 2018; DEBALDE, 2020) e nas práticas pedagógicas ativas no Ensino Superior (SILVA; LIMA, 2020)<sup>6</sup>. Logo, os conteúdos ministrados por meio de processos simulatórios devem proporcionar a internalização dos conhecimentos, promovendo a motivação interna no aprendiz. Para tanto, necessita-se da interação professor-aluno-conteúdo, articulação precisa nas duas modalidades de ensino, presencial e à distância.

Nessa linha de pensamento, Gomes (2013) argumenta que nesse novo modelo educacional, o uso de sistemas de gerenciamento de cursos à distância por meio das TDIC contribui significativamente para a diminuição das limitações e das demandas, não somente espaciais, como também, temporais, aumentando a construção de conhecimentos de forma colaborativa. Assim, a virtualização do processo de ensino e aprendizagem agrega à educação, possibilidades de aprendizagem dinâmica, rápida e objetiva entre os seus componentes – educador-aprendiz-objeto do conhecimento.

---

<sup>6</sup> As três obras citadas no parágrafo são organizações, logo, vale a pena ver cada capítulo, nos quais, pesquisadores de diferentes instituições nacionais e internacionais, abordam temas relevantes para as abordagens indicadas.



## O CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (CEAD/UFPI): CONHECENDO O CENÁRIO ESTADUAL

Desde 2006, o Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI) vem ofertando, com qualidade, cursos de graduação a população nordestina (Piauí e Bahia), conforme mostra a Figura 01. Os cursos ofertados atendem às necessidades socioeconômicas de cada região piauiense. Atualmente, o CEAD/UFPI alcança 41 (quarenta e um) municípios. Desses, 2 (dois) – Juazeiro e Campo Alegre de Lourdes – pertencem ao estado da Bahia.

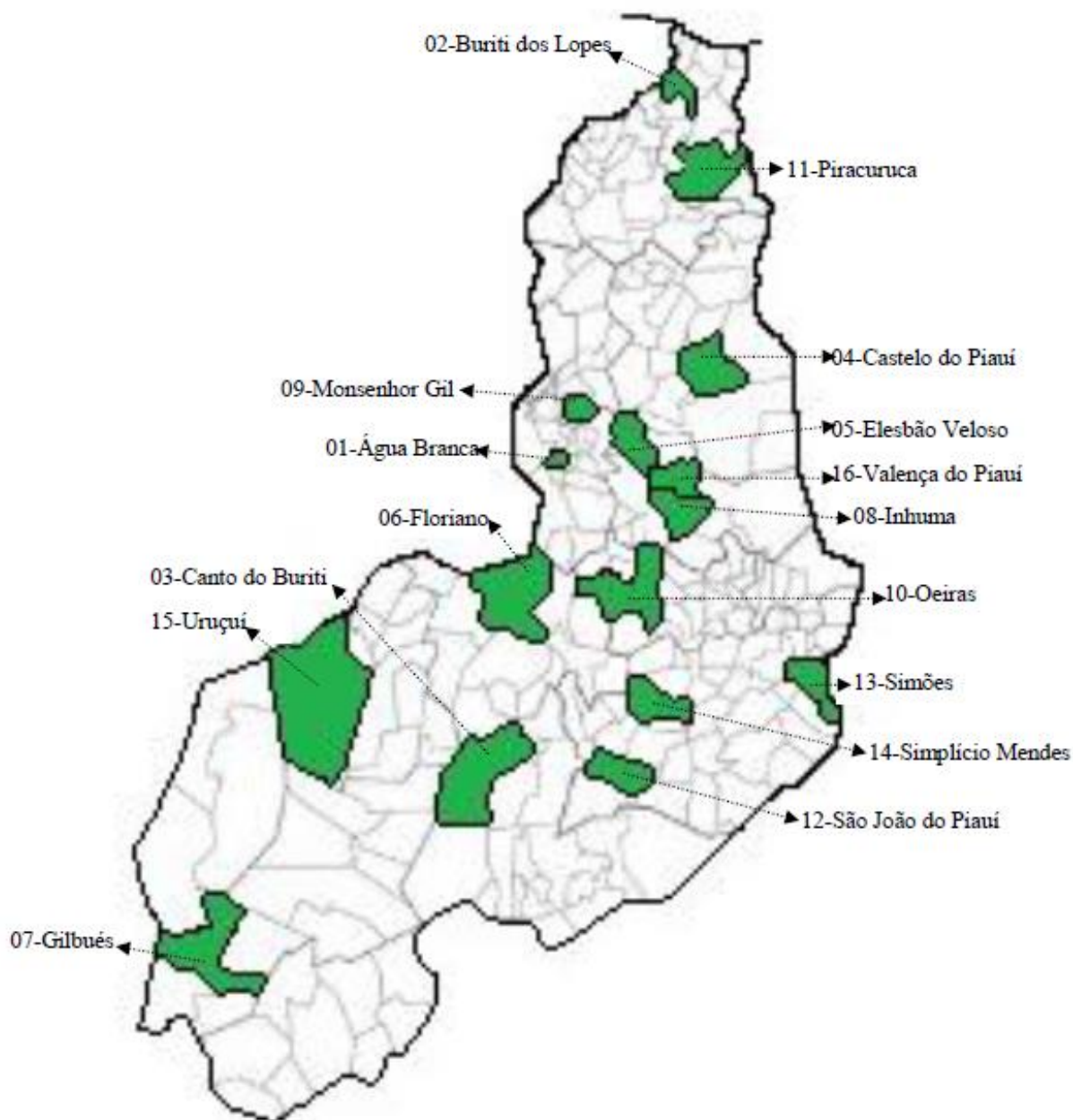
**Figura 01:** Mapa do Brasil



**Fonte:** Imagem extraída de dados do CEAD/UFPI, adaptada pelos autores (2020)

Em 2012, foram ofertados 11 (onze) opções de cursos, para o preenchimento de 3.125 (três mil, cento e vinte e cinco) vagas, distribuídas em 16 (dezesseis) polos: 8 (oito) opções de licenciaturas (Letras-Português, Letras-Inglês, Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Pedagogia e Filosofia) e 3 (três) opções de bacharelados (Administração, Administração Pública e Sistema de Informação). Eram 15 (quinze) polos piauienses e 1 (um) polo baiano: na cidade de Juazeiro, conforme mostra a Figura 02.

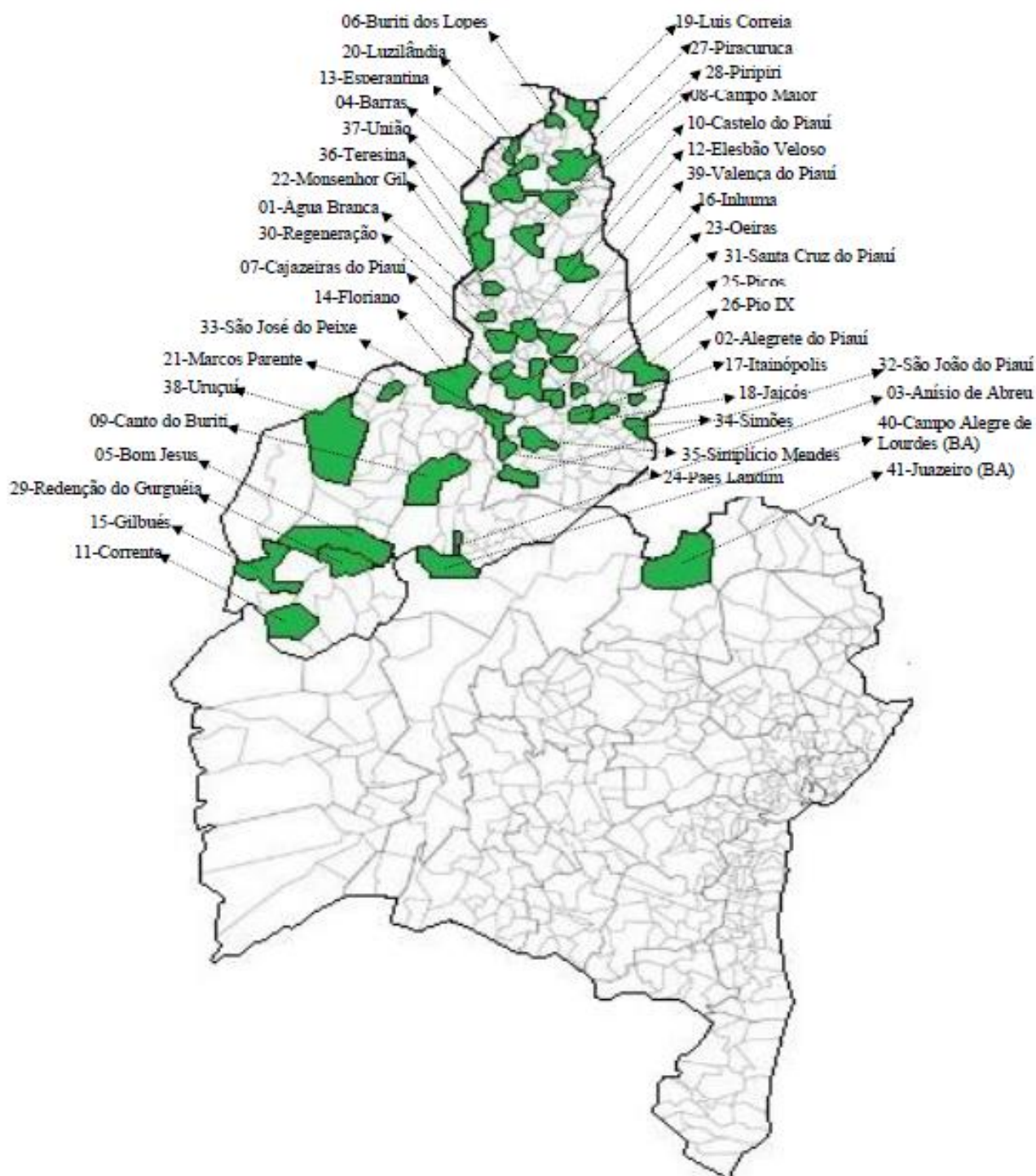
**Figura 02:** Distribuição Espacial do Ensino Superior a Distância da Universidade Federal do Piauí/2012



**Fonte:** Imagem elaborada e adaptada pelos autores, a partir de informações disponíveis em várias fontes da internet e disponíveis no acervo do CEAD/UFPI (2020)

Já em 2016, foram ofertados 14 (quatorze) opções de cursos, para o preenchimento de 9.310 (nove mil, trezentas e dez) vagas, distribuídas em 41 (quarenta e um) polos: 11 (onze) opções de licenciaturas (Letras-Português, Letras-Inglês, Matemática, Física, Química, Computação, Biologia, Geografia, História, Pedagogia e Filosofia) e 3 (três) opções de bacharelados (Administração, Administração Pública e Sistema de Informação). Foram 39 (trinta e nove) polos em território piauiense e 2 (dois) em terras baianas: Juazeiro e Campo Alegre de Lourdes, conforme mostra a Figura 03.

**Figura 03:** Distribuição Espacial do Ensino Superior a Distância da Universidade Federal do Piauí/2016



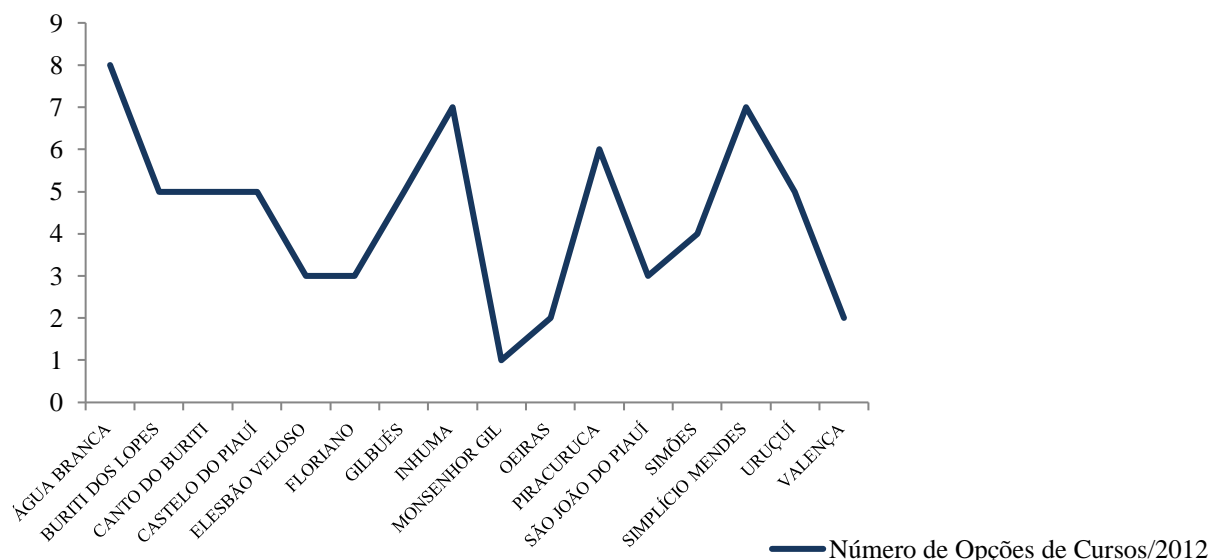
**Fonte:** Imagem elaborada e adaptada pelos autores, a partir de informações disponíveis em várias fontes da internet (2020)

Depreende-se que houve uma expansão significativa no número de polos de abrangência do CEAD/UFPI, passando de 16 (dezesseis) em 2012, para 41 (quarenta e um)

em 2016, cerca de 256% de aumento no número existente. Da mesma forma, houve aumento significativo nas opções de cursos - aproximadamente 12%, bem como, no número de vagas oferecidas, cerca de 297%. Veja os gráficos seguintes.

**Gráfico 01:** Opções de curso por polo/2012

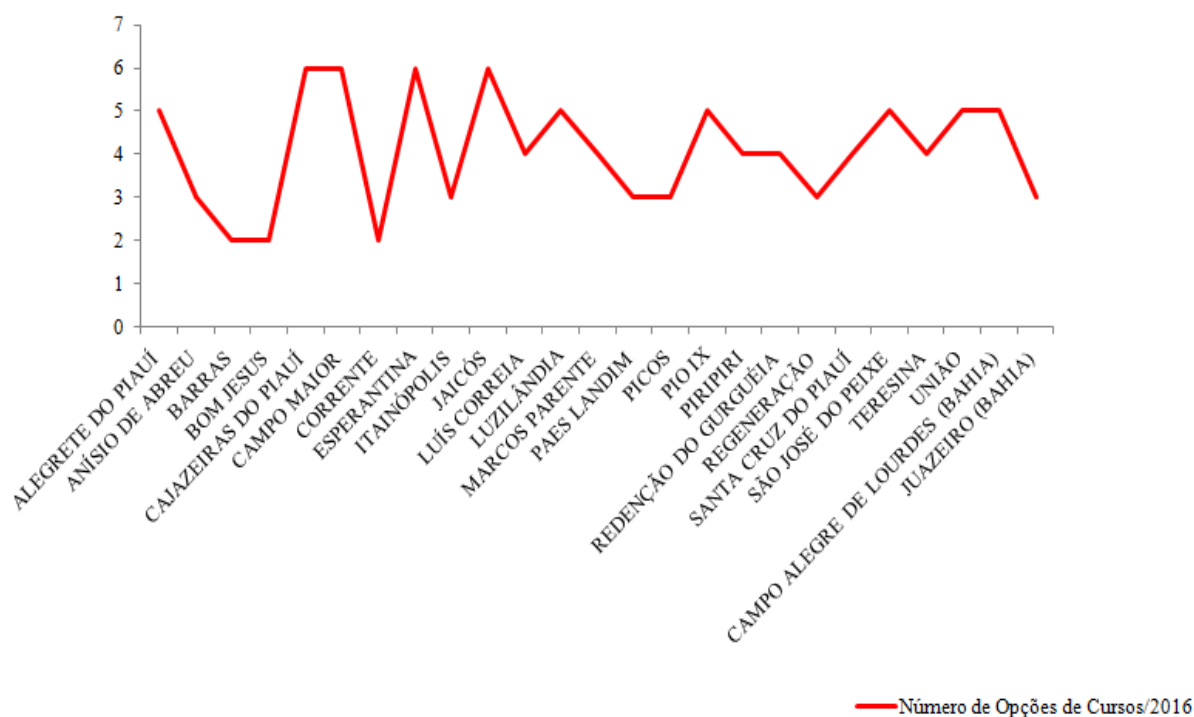
**Opções de Cursos por Polo/2012**



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

**Gráfico 02:** Opções de curso por polo/2016

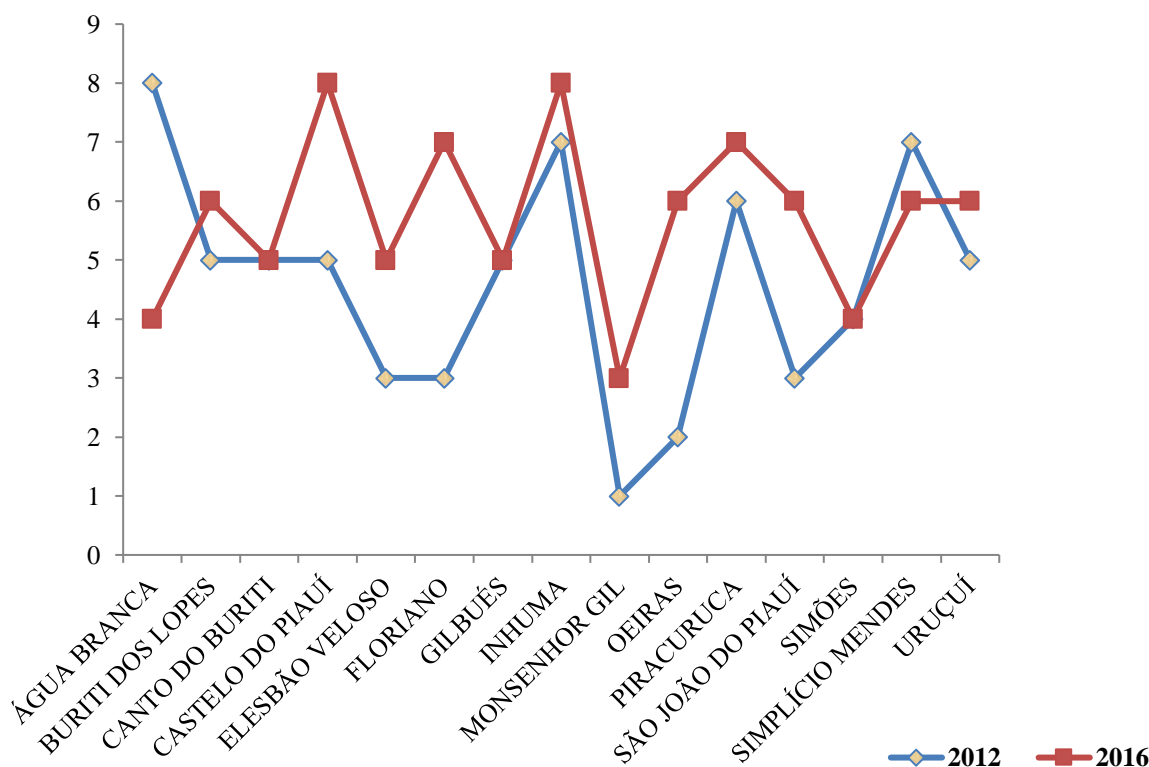
**Opções de Cursos por Polo/2016**



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Gráfico 03: Opções de curso por polo/2012

Opções de Cursos 2012-2016



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Inferre-se, portanto, a predominância dos cursos de licenciaturas, principalmente Letras-Português, Letras-Inglês e Matemática. Na oferta do bacharelado, o curso de Administração Pública é mantido no período em análise. Quanto ao número de vagas, depreende-se um aumento relevante no período estudado: cerca de 297%.

A ARQUITETURA METODOLÓGICA DA PESQUISA E A ESTRUTURAÇÃO DESTE ESTUDO

Quanto à abordagem, a pesquisa assumiu um caráter qualitativo e exploratório (GIL, 2019; LÜDKE; ANDRÉ, 2014; RICHARDSON, 2012; MENEZES *et al.*, 2019), teve como foco a expansão do CEAD/UFPI no estado do Piauí, no período de 2012 a 2016, embora os cursos ofertados por essa IES abranjam o estado da Bahia. Nesse percurso, a realização da pesquisa teve início em maio de 2020, com a análise bibliográfica, para, em seguida, analisar geograficamente a expansão do CEAD/UFPI, quantificando os polos existentes e cursos ofertados, para a compilação dos dados pesquisados.

A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica na literatura pertinente e análise de dados institucionais (pesquisa documental), quanto à expansão geográfica e



espacial da EaD implantada pelo CEAD/UFPI, referente aos polos e a oferta de cursos. Para tanto, foram adotados os passos descritos nos parágrafos seguintes.

Primeiramente, fez-se a pesquisa bibliográfica em livros e artigos referentes às teorias que conceituam a EaD. Nessa abordagem, foram constatadas as teorias: teoria transacional/teoria da interação à distância, defendida por Moore e Kearsley (2008); teoria da convergência dirigida, proposta por Holmberg (1977) *apud* Serra e Silva (2008); e a teoria da comunicação e controle, proposta por Garrison (2000) *apud* Serra e Silva (2008).

Na sequência, pesquisou-se na legislação brasileira o conceito de EaD. Buscou-se saber como essa definição aparece nos documentos oficiais, quais os requisitos precisos para que a EaD seja adotada pelas IES e qual o tipo de sistema educacional adotado no Brasil atualmente, conforme as normas regulamentadoras.

Em seguida, por meio de pesquisa documental, pesquisou-se sobre o ensino a distância no estado do Piauí promovido pela CEAD/UFPI, tanto em relação à distribuição geográfica dos polos educacionais pelo estado, quanto à oferta dos cursos, conforme a demanda estudantil.

Por fim, procedeu-se a análise, que, em partes, já está explicitada, por meio da exposição e descrição dos dados presentes em figuras e gráficos no tópico anterior. Essas ilustrações apresentam, de forma muito clara, um retrato da abrangência/alcance das ações formativas do CEAD/UFPI.

No tópico seguinte, dá-se continuidade a essa análise, mas agora, a partir do diálogo com autores, construindo, assim, uma articulação entre os achados da pesquisa e as bases teóricas que emolduram a discussão do tema.

#### **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: UMA TENTATIVA DE ENTRELACE COM A VOZ DE AUTORES E OS RESULTADOS DE PESQUISAS SIMILARES**

No Brasil, segundo Vianney, Torres e Silva (2003), as primeiras oito décadas do século XX trazem para a EaD, a história da implementação de modelos não universitários, que podem ser decompostos em ciclos com diferentes características e formas de comunicação. Nessa linha de raciocínio, Vieira (2010, p. 157) aponta que:

As diferentes caracterizações abrem a possibilidade de se buscar, também, a identificação de diferentes formas de comunicação da Educação a Distância referentes a esses períodos. Destaca-se que a principal característica desse novo tempo é a valorização do conhecimento (ou capital intelectual) associado à informação como principal recurso de criação de riquezas e sucesso nas organizações. Tendo em vista o cenário da globalização no mundo, observa-se que

a informação tem ocupado um lugar de destaque no ensino da administração pública na modalidade *a distância*. (Grifo no original)

Litwi (2001)<sup>7</sup> afirma que estão sendo implementadas as redes de satélite, correio eletrônico e internet, pois com a revolução tecnológica no início do século XXI e no decorrer do período de transição das sociedades industriais para as sociedades de conhecimento e informação, a classe trabalhadora passou a buscar, por necessidade, qualificação profissional, valorizando a educação geral e a formação continuada. Nesse contexto, o Brasil, marcado por desigualdades sociais, vem buscando meios de promover e ampliar a inclusão por meio do acesso e permanência aos espaços de educação.

Pretty (1996) *apud* Vieira (2010) argumenta que o ensino a distância é uma modalidade não tradicional, considerando que é típica da era industrial e tecnológica, abarcando diferentes formas de ensino e aprendizagem, visto que dispõem de métodos, técnicas e recursos, que são postos à disposição da sociedade.

Nesse pensamento, Peters (2001) *apud* Viera (2010) caracteriza a EaD como aprender por meio da comunicação pessoal; da leitura de materiais impressos; de estudos dirigidos; do auxílio dos recursos da internet; de trabalho científico autônomo; da ajuda de meios auditivos e audiovisuais; e do auxílio de computador pessoal.

Para Gomes (2013), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem sido uma forma de capitalização do acesso ao ensino pelas pessoas com carência de especialização. A modalidade à distância é caracterizada pela política de democratização do acesso ao ensino, empoderamento do aluno, descentralização do currículo e potencialização das tecnologias, provocando mudanças nas relações professor-aluno e nos modos como se ensina e aprende.

Nesse panorama, a EaD é uma forma economicamente viável de ampliação do acesso ao ensino, a fim de superar a defasagem educacional em diversas regiões do país. No século atual, essa modalidade tem se expandido também no Ensino Superior privado, visto que é usada para ampliar o número de alunos, baratear os custos e maximizar os lucros.

Inserida nesse contexto nacional, a UFPI, por meio das ações desenvolvidas pelo CEAD tem proporcionado a formação de cidadãos localizados em diferentes municípios distantes da capital do estado do Piauí, Teresina; e também, no estado da Bahia. Os polos abarcam não apenas o município *in loco*, como também, municípios próximos. A partir da visualização dos dados, no quarto tópico deste texto, observa-se que houve um aumento

---

<sup>7</sup> Obra organizada pela autora, na qual reúne a visão de diversos pesquisadores sobre o tema em evidência.



significativo no número de polos semipresenciais, mais de 250%, bem como, o número de vagas ofertadas, 297%, aproximadamente. Do mesmo modo, ocorreu com a diversidade de cursos oferecidos, aumentando de onze (11) opções em 2013, para quatorze (14) opções em 2017.

A partir das duas ofertas de cursos, nos anos de 2012 e 2016, pode-se afirmar que o CEAD/UFPI tem contribuído para a expansão e a reconfiguração do cenário educacional, em nível de formação superior no Piauí. Apenas a título de ilustração, vale ressaltar que, a partir desse tempo de atuação, alguns achados mais ilustrativos têm sido revelados, a exemplo das pesquisas realizadas por de Lima, Aita e Silva (2019), Lima, Silva e Aita (2019), Lima, Aita e Silva (2020), Aita, Lima e Silva (2020)<sup>8</sup>, Santos *et al.* (2021), que, ao olharem particularmente para o curso de Licenciatura em Computação, no qual atuam como coordenadores, professores formadores, tutores ou alunos, apontam para aspectos bastante ilustrativos dos desafios, das conquistas, dos anseios e das dificuldades da EaD, não apenas no Piauí, mas no cenário nacional, respaldando assim, a efetividade do trabalho realizado.

Acredita-se que estudos específicos acerca da realidade de outros cursos ofertados pelo CEAD/UFPI também já tenham sido realizados ou estejam em andamento e, certamente, seus resultados também ajudarão/ajudam a compor o painel ilustrativo do retrato sociocultural das ações educacionais desenvolvidas pela instituição, na modalidade EaD. No entanto, neste estudo, conforme parágrafo anterior, cita-se apenas os resultados da área de Computação, visto que é desse lugar também, que os autores deste texto se posicionam e assumem o compromisso de refletir sobre a expansão do Ensino Superior na modalidade EaD.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de EaD pouco varia de autor para autor, visto que os mesmos enfatizam a necessidade de meios tecnológicos para que haja a possibilidade da ocorrência dessa modalidade de ensino, uma vez que professor e aluno estão separados fisicamente em

---

<sup>8</sup> Obra organizada pelos autores, a partir de alguns Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos da graduação em Licenciatura em Computação (CEAD/UFPI), oferta de 2014 e que concluíram em 2018. O livro, constituído de 28 capítulos, constitui uma tentativa de documentar e legitimar os resultados alcançados pelo curso nessa primeira oferta. Houve uma segunda oferta, em 2017, concluída em 2020, da qual, inclusive, a primeira autora deste estudo é egressa, sendo, inclusive, este texto, com ampliações, modificações e ajustes, resultante de seu TCC, sob a orientação do segundo autor e, cuja banca de defesa, em fev. 2021, foi constituída pelas terceiras e quartas coautoras, que deram contribuições suficientes a assumirem este espaço nesta escrita.

diferentes lugares e espaços. Pode-se até afirmar que essa distância é mais didático-pedagógica do que social, pois os alunos, por meios das ferramentas interativas, podem entrar em contato com os colegas de turma ou tutor a qualquer momento, de qualquer lugar, bastando, para isso, está conectado a uma rede de computadores com acesso à internet.

Ao longo do texto, percebe-se que, tanto na visão dos autores mais clássicos, cuja produção remonta ao final do século XX, quando as tecnologias computacionais ainda estavam chegando ao Brasil; quanto na concepção de autores mais recentes, com produção relativas às duas primeiras décadas do século XXI, a definição de EaD pouco diverge entre eles, embora tenham bases teóricas distintas, diferenciando apenas no incremento de novas mídias que foram sendo incorporadas a EaD, devido aos avanços tecnológicos, sob a forte influência das TDIC e da cultura do digital e do midiático, inerentes ao mundo pós-moderno.

As normas regulamentadoras dessa modalidade de ensino no Brasil precisam ser aplicadas de forma rigorosas, pois as unidades gestoras responsáveis pela fiscalização, controle de qualidade e avaliação, devem atuar de modo a coibir qualquer forma de vantagem própria em detrimento da qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, que, em muitos casos, pagam cursos caros em IES privadas na modalidade EaD, e na metade do curso, ou ainda no finalizar do mesmo, tomam conhecimento de que a instituição não está regular perante o MEC. Nesse tipo de situação, quem leva o prejuízo é o aluno.

Portanto, a EaD vem sendo enfatizada no Brasil, visto que apresenta um alcance de dimensão territorial relevante. Para isso, é preciso investir em tecnologias de ponta, com o acesso à internet, pois, há muitas áreas no país sem acesso a grande rede. Essas ações governamentais estarão condizentes com o princípio da democratização no acesso ao conhecimento, proporcionado o desenvolvimento de habilidades e atitudes sociais diversas e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento do país.

No Piauí, as ações desenvolvidas pelo CEAD/UFPI têm contribuindo para a democratização no acesso ao Ensino Superior, pelo alcance da população de municípios distantes da capital, Teresina; e, mesmo das cidades onde possuem campus da UFPI (a exemplo de Parnaíba, Floriano, Picos e Bom Jesus). Dessa forma, proporciona melhoria na qualidade de vida dos sujeitos, por meio da ampliação no nível de escolaridade. Os resultados aqui apresentados demonstram que houve um aumento significativo no número

de polos semipresenciais, mais de 250%, bem como, o número de vagas ofertadas, 297%, aproximadamente. Da mesma forma ocorreu com a diversidade de cursos disponibilizados, aumentando de onze (11) opções, em 2012, para quatorze (14) opções, em 2016.

## REFERÊNCIAS

AITA, Keylla Maria de Sá Urtiga; LIMA, Francisco Renato; SILVA, Aline Montenegro Leal (Orgs.). **Pesquisa e formação de professores em Computação na modalidade Educação a Distância (EaD): conquistas e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015.

BORGES, Maria da Ressurreição Coqueiro. **Introdução aos estudos de EAD**. Espírito Santo: Escola Superior Aberta do Brasil, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 8o da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, Seção 1, 11 fev. 1998, pág. 01. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2494-10-fevereiro-1998-397980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Brasília, **Diário Oficial da União**, 13 dez. 2004, seção 1, p. 34. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 8o da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, **Diário Oficial da União**, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 8o da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2017, ed. 100, seção 1, pág. 3. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/20238603/doi-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/20238603/doi-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503). Acesso em: 10 fev. 2021.

BROCH, Caroline; BRESCHILIARE, Fabiane Castilho Teixeira; BARBOSA-RINALDI, Ieda Parra. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba (SP), v. 25, n. 02, p. 257-274, jul., 2020.

DEBALD, Blasius (Org.). **Metodologias ativas no Ensino Superior**: o protagonismo do aluno. Porto Alegre: Penso, 2020.

FURLAN, Elaine Gomes Matheus. Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 02, p. 416-438, jul., 2020.

GARRISON, Randy. Theoretical challenges for Distance Education in the 21st Century: a shift from structural to transactional issues. **International Review of Research in Open and Distance Learning**, vol. 1, n. 1, p. 01-17, jun., 2000. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.494.245&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Luiz Fernando. EaD no Brasil: perspectivas e desafios. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba (SP), v. 18, n. 1, p. 13-22, mar., 2013.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. A educação à Distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 166-181, ago., 2006.

HOLMBERG, Börje. **Distance Education**: a survey and bibliography. London: Kogan Page, 1977.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Desafios à docência superior pressupostos a considerar. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (Orgs.). **Docência na educação superior**. INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coleção Educação Superior em Debate, v. 5, 2006. p. 63-84.

KEEGAN, Desmond. **Foundations of distance education**. 2. ed. Londres: Routledge, 1991.

LIMA, Francisco Renato; AITA, Keylla Maria de Sá Urtiga; SILVA, Aline Montenegro Leal. Os desafios da implementação do curso de Licenciatura em Computação do Centro de Educação Aberta e a Distância/Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI) e as contribuições para o ensino de Informática na Educação Básica. In: LIMA, Francisco Renato (Org.). **Os professores e suas experiências de formação, pesquisa e ensino**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 413-445.

LIMA, Francisco Renato; SILVA, Aline Montenegro Leal; AITA, Keylla Maria de Sá Urtiga. Os desafios da gestão do curso de Licenciatura em Computação da UFPI face às políticas públicas no campo da formação de professores de Informática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (CBIE), VIII.; WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA (WIE), XXV., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: Sociedade Brasileira de Computação (SBC), 2019, v. 1, p. 974-983.

LIMA, Francisco Renato; AITA, Keylla Maria de Sá Urtiga; SILVA, Aline Montenegro Leal. A formação de professores de Licenciatura em Computação no Centro de Educação a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI): apresentação da proposta. In: AITA, Keylla Maria de Sá Urtiga; LIMA, Francisco Renato; SILVA, Aline Montenegro Leal (Orgs.). **Pesquisa e formação de professores em Computação na modalidade Educação a Distância (EaD): conquistas e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 17-31.

LITWI, Edith (Org.). **Educação a distância: temas para debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2014.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes *et al.* **Metodologia científica: teoria e aplicação na Educação a Distância**. Petrolina: UNIVASF, 2019.

PERRY, Walter; RUMBLE, Greville. **A short guide to distance education**. Cambridge: International Extension College, 1987.

PETERS, Otto. **A estrutura didática da Educação a Distância**. São Paulo: Olho d'Água, 1973.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2001.

PRETTI, Oreste. **Inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: Ed. da UFMT; Nead, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Tamires Maria dos *et al.* A ausência do ensino da computação na Educação Básica e suas consequências para a formação do Licenciando: como ensinar computação sem o uso do computador?. In: ENCONTRO UNIFICADO DE COMPUTAÇÃO DO PIAUÍ (ENUCOMPI), 14., 2021, Picos. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 57-64. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/enucompi/article/view/17754/17589>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SERRA, Antonio Roberto Coelho; SILVA, João Augusto Ramos e (Orgs.). **Por uma educação sem distância: recortes da realidade brasileira**. São Luís: EDUEMA, 2008.

SILVA, Jovina da; LIMA, Francisco Renato. **Multilinguagens, tecnologias e letramentos em EAD: questões didáticas no Ensino Superior**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

SILVA, Jovina da; LIMA, Francisco Renato (Orgs.). **Práticas pedagógicas ativas no Ensino Superior: desafios, saberes e inovação.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

SILVA FILHO, Francisco Pereira da. **Educação a Distância na UFPI: avaliação de Administração.** Teresina: EDUFPI/UAPI, 2010.

UNESCO. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020.** Brasília: UNESCO; CNE; MEC, 2012.

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elisabeth Farias da. **A universidade virtual no Brasil.** Caracas: Unesco; Iesalc; Tubarão: Ed. da Unisul, 2003.

VIEIRA, Rejane Esther. A Educação a Distância na sociedade da informação: uma análise histórica da Educação Superior a Distância na formação de gestores públicos no cenário brasileiro. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, p. 155-164, set./dez., 2010.